

## A representatividade político-partidária negra em Florianópolis: entre desafios e conquistas

### Black political-party representativeness in Florianópolis: between challenges and achievements

Carina Santiago dos Santos\*

<https://orcid.org/0000-0002-6886-5583>

#### Resumo

Este artigo tem por objetivo discutir a presença de sujeitos negros na política partidária em Florianópolis, entre 1947 e 2016, bem como parte dos entraves sociais que impedem que a representação e representatividade seja equilibrada entre brancos e negros nas casas legislativas do Brasil. Há a utilização de fontes orais e documentos oficiais. Os resultados apontam para a relevância de presença de negros no legislativo que trazem em suas plataformas políticas reivindicações históricas do Movimento Negro como caminho para a luta antirracista e conquista de direitos sociais.

**Palavras-chave:** Representatividade negra, representação, partidos políticos, Movimento Negro, Florianópolis.

#### Abstract

This article aims to discuss the presence of black subjects in party politics in Florianópolis, between 1947 and 2016, as well as part of the social barriers that prevent representation and representativeness from being balanced between whites and blacks in Brazilian legislative houses. There is the use of oral sources and official documents. The results point to the relevance of the presence of blacks in the legislature who bring in their political platforms historical claims of the Black Movement as a path to the anti-racist struggle and the conquest of social rights.

**Keywords:** Black representation, representation, political parties, Black Movement, Florianópolis.

---

\*Doutoranda em História no Programa de Pós-Graduação em História - PPGH na Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. E-mail: [cahsantiago@gmail.com](mailto:cahsantiago@gmail.com)

## Considerações Iniciais

A sociedade contemporânea não pode ser pensada distante do racismo estrutural<sup>1</sup> que é constitutivo da organização político-econômica, por isso está intimamente vinculado a relações de poder e é fundante de processos de dominação. Estes tiveram início com a expansão europeia do século XV e forjaram um bem elaborado aparato de distinções sociais que trouxe por consequência a naturalização das violências sofridas pela população negra,<sup>2</sup> no Brasil e no mundo, configurando uma necropolítica.<sup>3</sup>

Neste sentido, importa dedicar atenção para as lutas empreendidas por sujeitos negros dando destaque às agências mobilizadas e lideradas por eles, atribuindo protagonismo histórico e permitindo que sejam vozes contra hegemônicas ao epistemicídio<sup>4</sup>, que sistematicamente subalterniza e desacredita suas práticas, esvaziando a dimensão de que conquistas sociais foram e são fruto de intensos tensionamentos entre sujeitos organizados e o Estado.

Este artigo tem como objetivo analisar a representatividade<sup>5</sup> negra no cenário político-partidário de Santa Catarina, especialmente na Câmara de

---

<sup>1</sup> Racismo estrutural compreendido na perspectiva de que tem bases pseudocientíficas que se perpetuaram nas relações sociais na modernidade. Estas relações são estabelecidas de modo desigual diante da cor da pele dos sujeitos que normatizam e são retroalimentadas pelo Estado que, em contrapartida, tem a manutenção e naturalização das relações pautadas no racismo pela sociedade civil. ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

<sup>2</sup> Para Munanga (2004), o termo negro pautava uma identidade política, resultado de uma construção social e histórica realizada pelo Movimento Negro mais consistentemente a partir da década de 1970. Passa a significar categoria identitária e é impulsionada positivamente pela mobilização política coletiva. No Brasil, declarar-se negro é uma escolha política, por isso não utilizarei esse termo como sinônimo de africano. MUNANGA, Kabengele. “A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil” In *Estudos Avançados*. São Paulo, 2004, v. 18, n. 50, p. 51-66. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9968>. Acesso em: 06 jan. 2022.

<sup>3</sup> Compreende que há uma política de morte instituída pelo Estado, que tem o poder de vida e morte sobre os sujeitos. Este controle sobre a vida garante que o Estado institucionalize práticas de controle social que historicamente nas regiões colonizadas se confundem com o exercício da violência sobre corpos negros. Estendendo este entendimento para a relação de que os silenciamentos das trajetórias de luta e a história de indígenas e negros também faz parte desta política numa perspectiva de morte simbólica. MBEMBE, Achille. “Necropolítica” In *Revista Arte & Ensaios*. Rio de Janeiro, 2016, n. 32, p. 122-151. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/rt/captureCite/8993/7169>. Acesso em: 12 jul. 2020.

<sup>4</sup> Compreendo epistemicídio como o “processo persistente de produção de indigência cultural” fruto do racismo, de maneiras que deslegitima o negro como portador e produtor de conhecimento. CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser*. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005, p. 96.

<sup>5</sup> Diante do limite imposto pelo número de páginas, convencionou-se trazer em nota o que se postulou como conceito de representação e representatividade. Neste artigo considera-se representatividade a soma de representação e ação legislativa em prol das pautas antirracistas, historicamente defendidas pelo Movimento Negro. Compreende-se que a ampliação da representação de negros e negras nas casas legislativas é caminho fundamental para construção de representatividade, contudo não garante que estes

Vereadores da capital Florianópolis, entre 1947 e 2016. Frente aos desafios impostos pelo racismo, este texto destaca também a importância da construção de representação positivada do povo negro para ampliação de seus quadros na disputa por cargos eletivos e a utilização da política partidária pelo Movimento Negro como campo de ação de luta antirracista para conquista de direitos.

Nos momentos de requisição de acesso a direitos, vem à tona o discurso pautado no imaginário de que somos todos iguais e formamos um país composto por uma mistura de raças ditas fundadoras, ou que as desigualdades são oriundas exclusivamente dos recursos materiais. Aqui há a perpetuação e retro-alimentação do mito da democracia racial,<sup>6</sup> que funciona quando se entende os privilégios como direito. Lourenço Cardoso<sup>7</sup> entende esta argumentação como manifestação de uma branquitude acrítica e a define como sendo acima de tudo um espaço de privilégio, uma vez que ao se despir de sua raça, o branco assume papel normativo, desobrigado de se colocar na condição de opressor em uma sociedade racista como a brasileira. Por ser invisível no debate das relações raciais, por não se definir no espaço racializado, acaba colocando todos que não são iguais a si na condição de “outro”, principalmente no que diz respeito aos espaços de poder e riqueza.

A desigualdade entre brancos e negros no Brasil ultrapassa aspectos materiais, fazendo-se presente nas relações díspares de poder. Neste sentido, os negros encontram dificuldades de participar plenamente da vida social ao terem uma sensação de inferioridade ou sendo de fato tratados como inferiores. Portanto, os direitos civis, políticos, de acesso à moradia e saúde de qualidade, relações trabalhistas e educacionais são prejudicados por uma engrenagem social que oferece dois pesos e duas medidas para brancos e negros.<sup>8</sup>

---

sujeitos se dediquem à elaboração e aprovação de projetos de lei que dialoguem com as demandas da população negra no Brasil. O livro *Raça e eleições no Brasil*, de Carlos Machado e Luiz Alberto Campos (2020) explora e debate sobre a importância da representação negra nos cargos eletivos e serviu de base para o estabelecimento desta diferenciação que marca o texto. Já sobre representatividade, buscou-se dialogar com o campo da Comunicação Social, por meio da dissertação de Olívia Luiza Pilar de Souza (2021) que analisa um programa televisionado de grande sucesso no Brasil e de que modo a presença de personagens negras contribui para a proposição de um caminho de representatividade em rede nacional de televisão aberta, elaborando importantes marcadores de distinção entre representação e representatividade.

<sup>6</sup> Para Guimarães, a democracia racial é a crença de que o Brasil foi construído através da mistura de três povos – brancos, negros e indígenas e que estes vivem harmonicamente, sem preconceito ou hierarquização de culturas e espaços sociais de atuação. GUIMARÃES, Antônio Sérgio. “Depois da democracia racial” In *Revista Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, 2006, v. 18, n. 2, p. 269-287.

<sup>7</sup> CARDOSO, Lourenço. *O branco “invisível”*: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre relações raciais no Brasil (Período 1957-2007). 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.

<sup>8</sup> TELLES, Edward Eric. *Racismo à brasileira*: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Fundação Ford, 2003.

A categoria raça aparece como imprescindível para entender a estruturação das relações entre as pessoas no Brasil.<sup>9</sup> Raça foi forjada como classificação biológica e usada como argumento para o colonialismo europeu. Posteriormente, utilizada para estabelecer comportamentos e apontar os “problemas das raças” para justificar a supremacia branca. Deste modo, mesmo que a categorização biológica tenha sido superada, a raça ganhou contornos sociais e o racismo estrutura as desigualdades sociais e econômicas no Brasil, incidindo de modo perverso sobre a população negra, determinando suas condições de existência por gerações. Ao se constituir como um elemento de estratificação social, o racismo se materializa na cultura, no comportamento e nos valores dos indivíduos e das instituições, perpetuando uma estrutura desigual de oportunidades sociais.

Assim observa-se sujeitos em busca de seus direitos, inclusive pelo direito à memória. Esta memória pode abrir caminho para a compreensão de particularidades históricas e está sujeita a abusos políticos e econômicos, sempre em campo de tensão. Deste modo, para pensar essas tensões que envolvem o campo da memória, também dialoga-se com a cultura histórica. Esta pensada sobre os parâmetros de Jörn Rüsen,<sup>10</sup> pois compreende que a cultura histórica conversa com a perspectiva de que a História também é mobilizada por sujeitos fora da academia e que pode ser aplicada para diversos aspectos, como a educação e luta política por poder presentes no diálogo com a história pública. Permite que sujeitos entrelacem interpretações sobre experiências vividas e possam, a partir disso, compreender seu presente com vistas a refletir sobre os caminhos que desejam traçar no futuro.

Este artigo mobiliza uma entrevista e documentos oficiais como fontes. A entrevista foi realizada com um vereador negro que legislou durante 20 anos e foi agente de representatividade das lutas encampadas pelo Movimento Negro e os documentos oficiais versão sobre a proposição de projetos de lei e suas tramitações na Câmara de Vereadores de Florianópolis.

Todo documento histórico é uma construção permanente e só existe no diálogo entre presente e passado, bem como é carregado de subjetividades pelas leituras variadas que podem ser feitas. Portanto, as fontes são parte da

<sup>9</sup> WALTON, F. Carl; CALIENDO, Stephen Maynard. Origins of the concept of race. In CALIENDO, Stephen Maynard; MCLLWAIN, Charlton D. (Org.). *Race and Ethnicity*. New York: Routledge, 2011.

<sup>10</sup> RÜSEN, Jörn. “¿Qué es la cultura histórica?: Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia”. In FÜSSMANN, K.; GRÜTTER, H. T.; RÜSEN, Jörn. (eds.). *Historische Faszination. Geschichtskultur heute*. Keulen, Weimar y Wenen: Böhlau, 1994, p. 3-26.; RÜSEN, Jörn. ¿Qué es la cultura histórica?: Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia”. *Cultura histórica*, S.L., 2021. Disponível em: [http://www.culturahistorica.es/ruesen/cultura\\_historica.pdf](http://www.culturahistorica.es/ruesen/cultura_historica.pdf). Acesso em: 10 out. 2020. [versão em espanhol]

operação historiográfica e da interpretação do pesquisador e de sua tessitura surge a escrita.

Considerando não ser possível pensar os documentos oficiais desmerecendo o contexto em que são pensados e todas as lutas e discussões travadas até que a redação de cada documento seja concluída, os estudos de diferentes pensadores que auxiliem na compreensão das relações sociais e raciais existentes no país constituem aportes bibliográficos importantes para a análise em diálogo com os estudos de Teoria Crítica Racial.

Sobre as fontes orais, Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira<sup>11</sup> defendem que a história oral é uma metodologia que estabelece e organiza procedimentos de trabalho – entre preparo do roteiro das perguntas à transcrição – pois estradas para compreender a História “devem ser buscadas onde sempre estiveram: na boa e antiga teoria da história.” Deste modo, conceitos como tempo, memória, movimentos sociais, as relações entre história e memória e a crítica racial só podem ganhar contornos vislumbráveis com o auxílio da teoria.

## **A representação negra na mídia e sua influência na conquista de espaço político-partidário**

Bell hooks<sup>12</sup> entende representação como uma imagem construída com intencionalidade e assim capaz de elaborar padrões e estes passam a ser adotados como parâmetros de referência. Chama atenção que estes processos possuem grande complexidade e são marcados por jogos de poder, mesmo que aparentemente haja maior representação na mídia de massa – presença em capas de revista e fotografias em espaços públicos, por exemplo – e que passos importantes tenham sido dados no campo educacional, no que diz respeito tocante à população negra nos Estados Unidos.

Pensando no cenário brasileiro, os últimos anos trouxeram consigo um conjunto de leis e materiais educacionais sobre diversidade, bem como a ampliação do número de artistas negros nas formas de expressão de arte e mídia. Este processo é de suma relevância na medida em que a representação é constituída das faces individual e coletiva em diálogo permanente.

---

<sup>11</sup> AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos e Abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. XVI.

<sup>12</sup> HOOKS, Bell. *Black looks: race and representation*. Boston: South Press, 1992. As iniciais do nome da autora estão em letra minúscula no texto porque é assim que ela se dirigia a si mesma e esta é a grafia presente em seus livros.

Como exemplo da ampliação da presença negra na mídia, temos a presença de personagens negras no folhetim *Malhação*, particularmente na temporada de *Malhação: Viva a Diferença*, programa que teve ao longo de sua existência grande audiência entre o público juvenil e que era transmitido bem próximo ao horário nobre na emissora de maior audiência no Brasil. Esta temporada foi alvo da análise da dissertação de Olívia Luiza Pilar Souza (2021),<sup>13</sup> que estabeleceu considerações sobre o impacto da representação negra no debate público como caminho de fomento à construção de representatividade, discutindo e analisando assim o jargão “representatividade importa”.

A partir do momento em que o indivíduo se vê em espaços de poder e prestígio, menos incomum considera sua presença nestes meios e assim é possível pensar também a ampliação de negros nos cargos eletivos, com destaque para aqueles que empreendem ações ligadas à pauta antirracista do Movimento Negro. De forma contrária, os impactos da sub-representação, ou da representação estereotipada em parâmetros depreciativos, o efeito no indivíduo e em seu grupo, podem ser ainda mais amplificados.

Roberto Borges e Rosane Borges<sup>14</sup> compreendem todo universo audiovisual como um dos novos elementos que fundamentam as relações sociais, da invenção da imprensa à proliferação da internet, com especial destaque para a televisão. Dada a importância das mídias, é elemento chave considerar como estas representam o negro, construindo uma imagem dele, que reverbera nos espaços de representação político-partidária.

Antes de falar sobre o rádio e a televisão, é necessário lembrar que a União detém a exclusividade de permitir o direito de exploração dos serviços de rádio e televisão, portanto, configuram como uma concessão. Conforme Osmar Teixeira Gaspar<sup>15</sup> alerta, cabe ao Estado democratizar o acesso aos meios de comunicação ao fiscalizar seus concessionários, para garantir as prerrogativas constitucionais de livre manifestação de pensamento e a proibição da exclusão de padrões estéticos e étnicos. Ao permitir que determinados grupos sejam invisibilizados ou retratados de modo estereotipado, o próprio governo descumpra as regras por si estabelecidas e se torna cúmplice na constituição e manutenção da desigualdade racial.

<sup>13</sup> SOUZA, op. cit., p. 3.

<sup>14</sup> BORGES, Roberto Carlos da Silva; BORGES, Rosane (Org.). *Mídia e racismo*. Petrópolis: DP et Allii; Brasília: ABPN, 2012.

<sup>15</sup> GASPAR, Osmar Teixeira. *Mídias - Concessão e exclusão: um estudo sobre as concessões de rádio e televisão e sua influência nas relações raciais no Brasil contemporâneo*. 2010. 192 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, p. 36.

Osmar T. Gaspar<sup>16</sup> chama atenção que o rádio, a despeito do imaginário de que a ausência de imagem o torna em teoria mais inclusivo, também é ambiente excludente para a população negra. Destaca que as mesmas empresas publicitárias, que formulam as campanhas para a televisão e mídias impressas, estão à frente das campanhas veiculadas nas emissoras radiofônicas. Nas rádios é imperativo que os comerciais passem credibilidade dos produtos pela voz do narrador e, sendo assim, boa parte das peças publicitárias utilizam vozes de famosos, em geral, brancos.

No telejornalismo, Rogério Ferro<sup>17</sup> afirma que é preciso “promover a desterritorialização racial do cidadão comum”. Para tal, considera urgente repensar a prática jornalística acerca das matérias em que o negro é sujeito, pois estas retratam, sobremaneira, o aspecto criminoso e carente ou o exemplo de superação que são vistos sob camuflagem estereotipada em oposição ao branco, personagem que sobrevive ao tumulto criado pelo negro. É importante que o negro também seja sujeito das matérias de histórias comuns, da vida real e cotidiana que promovam empatia e permitam ao telespectador o exercício de se colocar no lugar do outro, de se ver vivendo situação semelhante. A presença de negros em reportagens que não façam referência e não tenham como foco no pertencimento racial seriam capazes de gerar a *desterritorialização*, defendida pelo autor.

O documentário produzido por Joel Zito de Araújo, intitulado *A negação do Brasil: O negro na telenovela brasileira*<sup>18</sup>, contribui sobremaneira para a constituição de uma avaliação de como o negro é visto na mídia nacional. Ao fazer o mapeamento de todas as personagens negras nas telenovelas a partir da inauguração de emissoras de televisão nacionais, Joel Zito flagra – entre *black faces*, protagonismo negro tardio e famílias negras silenciadas no campo do debate racial – o profundo descaso com a construção de imagens positivadas do negro. Na maioria esmagadora dos papéis oportunizados aos atores e atrizes negros e negras, a posição de subalternidade é marcante, seja na inexpressividade de relevância nas tramas dos folhetins ou por darem vida, em grande medida, a serviços. Em outras palavras, o negro ocupa o espaço na teledramaturgia de acordo com os espaços que lhe são geralmente possíveis no drama da vida real.

---

<sup>16</sup> GASPAR, op. cit.

<sup>17</sup> FERRO, Rogério. “O negro sem cor no telejornalismo brasileiro”. In BORGES, Roberto Carlos da Silva; BORGES, Rosane (Org.). *Mídia e racismo*. Petrópolis: DP et Allii; Brasília: ABPN, 2012, p. 66.

<sup>18</sup> ARAÚJO, Joel Zito. *A Negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

Assim, a representação desejada por bell hooks<sup>19</sup> só pode ser alcançada no campo de luta crítica, questionando velhas narrativas e sugerindo alternativas para a construção da imagem do negro, que deve ser liberta do grillhão condutor da ideia de uma superioridade e normatividade da população branca. Destaca que esta luta precisa contar com a ajuda de todos, com a participação e protagonismo de pessoas negras conscientes, porque a maioria dos espaços de criação de representações não são ocupados por pessoas negras, o que auxilia na perpetuação de estereótipos.

Portanto, pensar a constituição de um corpo de representantes de um país que pretenda legislar para toda a composição de sua população, ou seja, propor leis que se dirijam ao encontro das necessidades e especificidades de toda população, só será possível a partir do momento em que houver representantes de todos os grupos que compõem a população e que sejam considerados importantes por todos. Machado e Campos<sup>20</sup> argumentam que a ausência de vozes variadas na política é central para manutenção de ambientes pouco democráticos de quaisquer países. Afinal, uma proposição só se torna lei com a aprovação da maioria. Para tanto, é preciso que a população veja como habilidade dos sujeitos negros capacidade e legitimidade para ocupar estes espaços e, por isso, a construção da imagem é tão relevante e imprescindível.

## **O Movimento Negro e a política partidária em busca de transformação social**

O Movimento Negro está circunscrito no grande conjunto de movimentos sociais como potenciais produtores de mudanças na sociedade e que demanda a existência de pontos de convergência. Independentemente das diferentes dimensões e objetivos que apresentem, os movimentos sociais potencializam um senso de (in)justiça, influenciando sujeitos que coletivamente criam força e adquirem poder de mobilização social em prol de alguma questão que consideram correta e digna de luta.

Éder Sader<sup>21</sup> apresenta a emergência de novos atores sociais organizados em torno de causas que pulsavam em suas vivências diárias, em um Brasil em processo de transição da ditadura civil-militar para o período democrático. Estes “novos personagens”, como aponta o autor, se mobilizam para requerer

---

<sup>19</sup> HOOKS, bell. Op. cit.

<sup>20</sup> MACHADO & CAMPOS, op. cit, p.47.

<sup>21</sup> SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. 4. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

condições de vida digna, abrindo caminho para ampliação do entendimento acerca destes movimentos, pensados historicamente, até então, como exclusivamente de ordem sindical ou com intuito revolucionário.

Neste artigo se emprega o uso do termo Movimento Negro no singular, pois vai ao encontro de Amauri Mendes Pereira<sup>22</sup> quando argumenta que independente de quaisquer pontos de divergência em suas composições, perspectivas, estratégias e locais de atuação, todas as entidades têm como foco principal o “combate ao racismo de acordo com os marcos institucionais vigentes”. Amauri nesta citação evidencia que há sim desencontros, desencontros, desacordos e discussões de toda sorte dentro e entre os grupos e, mesmo assim, a bandeira de luta os unifica.

Para o Petrônio Domingues<sup>23</sup>, a trajetória de luta das organizações que constituem o Movimento Negro no Brasil é multifacetada e incorpora diversos setores da vida. Cada fase circunscrita em sua mentalidade, mas todos compreendendo a escravidão como razão preponderante para a condição de subalternidade do negro e enxergando na educação caminhos para superação das condições impostas pelo racismo. A partir da década de 1970, os grupos organizados passam a ter condições de requerer ações efetivas do Estado, na garantia de melhores condições de vida para a população negra e há a estruturação de partidos políticos em que o Movimento Negro irá travar seus embates por participação de forma mais sistemática. Somente os próprios negros posicionam a luta contra a discriminação racial como sua primeira frente de ação política, uma vez que sofrem os efeitos diretos deste processo cotidianamente.

Gevanilda Santos<sup>24</sup> considera que é possível dividir os partidos políticos<sup>25</sup> contemporâneos brasileiros em três grupos, quando o critério de análise

---

<sup>22</sup> PEREIRA, Amauri Mendes. *Para além do racismo e do antirracismo: a produção de uma cultura de consciência negra na sociedade brasileira*. Itajaí: Casa Aberta Editora, 2013, p. 91.

<sup>23</sup> DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. In *Revista Tempo*, 2007, v. 12, n. 23, p. 117-118. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07> Acesso em: 20 maio 2019.

<sup>24</sup> SANTOS, Gevanilda. “A organização dos negros e negras no partido dos trabalhadores e na sociedade brasileira (p. 55-74)”. In JACINO, Ramatis (Org.). *Ímo: Panorama do pensamento negro brasileiro*. São Paulo: Nefertiti, 2009.

<sup>25</sup> Serge Berstein argumenta que o estudo sobre partidos políticos ficou desacreditado na medida em que se dedicavam, por um lado a biografias partidárias, por outro, ao perfil ideológico deles. O autor dialoga com a História do Tempo Presente na medida em que entende os partidos sob o olhar de lugar de mediação política e como resultado da nomeação de forças políticas, como observa em sua análise histórica. Elenca quatro critérios para que sejam definidos como tais, quais sejam: duração no tempo, extensão no tempo, aspiração ao exercício do poder e vontade de buscar o apoio da população. BERSTEIN, Serge. “Culturas

está fundamentado em como encaram e incorporam a situação do negro: o primeiro grupo, composto de partidos conservadores, não inserem em qualquer tipo de ação e programa político a bandeira da comunidade negra, na medida em que não admitem haver desigualdades sociais pautadas na origem racial. Um segundo grupo, intermediário, admite e incorpora em sua atuação uma postura em defesa do negro em seus documentos oficiais e que se materializa em prática sempre mediada por muita pressão popular. E, por fim, o terceiro grupo, formado por partidos considerados de esquerda. Esses incorporam as pautas, discursos contra as desigualdades raciais, reservam muitas linhas e propostas em seus programas de ação para a população negra. Todavia, considera que a desigualdade racial não é estruturante das relações sociais brasileiras e que estas só serão resolvidas com o combate às desigualdades vividas pelos pobres de modo geral. Conclui que “há um jogo de forças embutido na relação esquerda político-partidária e movimento negro”.<sup>26</sup>

Este jogo de forças apontado acima é foco do estudo de Osmar Teixeira Gaspar,<sup>27</sup> o qual defende que a sub-representação negra nos partidos políticos alimenta a ausência de negros nas Casas Legislativas brasileiras como condição ideal para manutenção de privilégios e uso das candidaturas negras e dos votos obtidos por estas em prol das candidaturas tradicionais e de ricos, transformando este processo em uma questão racial, para além de ideais político-partidários.<sup>28</sup>

Assim, compreendo que há um esforço empreendido por integrantes de grupos do Movimento Negro que se dispõem confrontar, com objetivo de superar, um aspecto da cultura histórica que vigora no Brasil. Como acima apontado, na história política brasileira, a participação de negros em cargos de decisão é irrisória, especialmente quando falamos em cargos eletivos. A ampliação da participação política negra procura preencher fissuras de representação e representatividade nos espaços legislativos a fim de desmantelar o estranhamento de suas presenças com vistas à superação de barreiras

---

políticas e historiografia”. In AZEVEDO, Cecília, et al (Org.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009. p. 29-46.

<sup>26</sup> SANTOS, Geovanilda. “A organização dos negros e negras no partido dos trabalhadores e na sociedade brasileira (p. 55-74)”. In JACINO, Ramatis (Org.). *Ímo: Panorama do pensamento negro brasileiro*. São Paulo: Nefertiti, 2009, p. 62.

<sup>27</sup> GASPAR, Osmar Teixeira. *Mídias - Concessão e exclusão: um estudo sobre as concessões de rádio e televisão e sua influência nas relações raciais no Brasil contemporâneo*. 2010. 192 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

<sup>28</sup> Machado e Campos (2020), dedicam o capítulo três de seu livro para debater de que forma ocorre o recrutamento partidário no Brasil e como os partidos políticos operam no processo de levantamento de postulantes à distribuição de fundos de financiamento entre os candidatos.

impeditivas de equidade. Além disso, aqui falamos de representatividade negra com defesa de pautas da comunidade negra, e não apenas de representação, que pode ser contemplada com a presença de negros não comprometidos com um projeto de superação do racismo e seus desdobramentos sociais.

Quando o Movimento Negro se propõe pensar os efeitos da escravidão, traduzidos na contemporaneidade pelo racismo, e compreender de que modo os negros e brancos são implicados neste processo, há a mobilização da cultura histórica e o intuito de alterá-la com a construção de novas práticas e história. Rebeca Gontijo<sup>29</sup> considera que a cultura histórica procura dar conta da “relação afetiva e efetiva que um determinado grupo mantém com seu passado” e este processo permite que se interprete o passado sob o olhar de diferentes grupos, construindo possibilidades contra hegemônicas e de enfrentamento da falta de representatividade da população negra. Nestas novas práticas incluem-se a percepção da pequena presença de negros nos cargos legislativos e a compreensão de que isso é consequência do racismo e escravismo, bem como atuam como empecilho para efetivas transformações sociais.

Compreende-se aqui que o Movimento Negro vislumbrou na representação organizada, em especial político-partidária, caminhos e possibilidades para a efetivação de um projeto de combate aos seus entraves, oriundos das desigualdades raciais. Este percurso iniciou, e continua sendo construído, com base em negociações, divergências internas, avanços e recuos, erros e acertos, perdas e ganhos.

Pode-se ainda considerar que a inserção de novos sujeitos estabelece diálogo com o retorno do político<sup>30</sup> sob novas formas, quando consideramos que renasce na contemporaneidade com inúmeros sujeitos que em seus fazeres estabelecem interações de toda sorte, aqui entendidas não somente como político-partidárias.

Este debate sobre representatividade negra na política ficou mais em evidência no Brasil a partir da eleição de Barack Obama para presidente dos Estados Unidos. Segundo Michael Eric Dyson,<sup>31</sup> no livro *The Black Presidency – Barack Obama and the Politics of Race in America*, a eleição de Obama representou

---

<sup>29</sup> GONTIJO, Rebeca. Sobre cultura histórica e usos do passado: a Independência do Brasil em questão. In *Almanack*, 2014, n. 8, p. 45. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-6332014000200044&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-6332014000200044&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 08 maio 2019.

<sup>30</sup> RÉMOND, Réne. “O retorno do político”. In CHAVEAU Agnés; TÉTARD, Philippe. *Questões para a história do presente*. Bauru: Edusc, 1999, p. 51-61.

<sup>31</sup> DYSON, Michael Eric. *The Black Presidency: Barack Obama and the Politics of Race in America*. Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 2016, p. XI.

“o paradoxo da representação da América” na medida em que personificou todos os estadunidenses como símbolo do país no mundo, carregou a mudança que o país foi capaz de suportar e o povo que ao longo do tempo tinha sido aviltado de representação. Esta eleição consolidou a ideia de que é ponto de consenso, entre estudiosos, que questões raciais são importantes na configuração das atitudes e preferências políticas.

A eleição de um presidente negro no Brasil está distante de qualquer ambição proveniente do mais otimista observador do cenário político nacional. Os escritos sobre a representação negra na política ainda são escassos, acompanhando o número de políticos negros eleitos, em especial aqueles com plataformas em diálogo com o Movimento Negro. A naturalização da ausência de representantes negros nas instâncias de poder contribui para que negros não se vejam votantes e capazes de receber votos de eleitores e candidatos negros, respectivamente. Além disso, candidaturas negras têm sido usadas como trampolim eleitoral, na medida em que angariam votos para suas legendas e auxiliam na eleição de candidatos brancos na manutenção de cenários hostis à ampliação de representatividade nas casas legislativas nas diversas instâncias de poder.

## **Representação e representatividade político-partidária em Florianópolis: negros movimentos de organização e avanços**

Se no Brasil a população negra contabiliza mais da metade do total de habitantes do país, em Santa Catarina o cenário é um pouco distinto. Historicamente, o estado é conhecido como “Europa brasileira” em virtude da imigração de ascendência europeia, especialmente germânica e italiana, e pelas benesses oriundas deste perfil de colonização<sup>32</sup>.

De acordo com a estimativa,<sup>33</sup> divulgada em 2020, a população de Santa Catarina é de 7.252.502 pessoas. Em 2010,<sup>34</sup> o Censo apontou que Santa Catarina contava com uma população de mais de 6 milhões e 200 mil pessoas e a menor

<sup>32</sup> LEITE, Ilka Boaventura. Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. In *Textos e Debates*, Florianópolis, 1991, ano 1, n. 1, p. 05-41.

<sup>33</sup> Para mais detalhes acessar: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html?=&t=resultados>. Acesso em: 12 out. 2020.

<sup>34</sup> Para mais detalhes acessar: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Panorama Santa Catarina*. Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/panorama>. Acesso em 17 out. 2018. Trouxe os dois dados porque o segundo possibilita pensar a população em termos de autodeclaração racial.

população negra em percentual (15,25% do total) e números absolutos do país. O pequeno percentual não pode ignorar que em números absolutos pretos e pardos somam mais de 950 mil pessoas e ser pretexto para invisibilizar a presença e a cultura deste grupo nesta região.

Como capital do estado de Santa Catarina, Florianópolis sempre abrigou a sede do governo estadual e esteve no foco das colunas e jogos políticos. No censo do IBGE de 2010, a cidade contabilizava 421.240 habitantes, dentre os quais 14,68% ou 61.848 são negros.

Além disso, há a representação historicamente construída da cidade de Florianópolis que destaca a origem e cultura açoriana com fervor. A historiografia identifica o ano de 1948 como chave na construção de uma narrativa que vai se tornar corriqueira sobre a cidade: sua origem açoriana. Empenhados em elaborar um passado europeu para a cidade, o I Congresso Catarinense de História teve como resultado principal a construção de uma memória açoriana para a cidade e a conseqüente invisibilidade de outros grupos, como os negros<sup>35</sup>.

A história legislativa de Santa Catarina acompanha o cenário nacional de sub-representação negra na política, mas ganha destaque pois, já no primeiro pleito após a permissão do voto feminino elege sua primeira parlamentar negra, em 1934. Antonieta de Barros foi eleita deputada estadual pelo Partido Liberal Catarinense – PLC, como suplente e assumiu o mandato em virtude de um dos eleitos ter abdicado do cargo para assumir funções junto ao executivo do estado.

Nascida e criada na capital catarinense, Antonieta foi uma respeitada escritora, jornalista e professora que atuou em diversas instituições de renome e em seu próprio curso como professora, além de ter ocupado cargos de gestão. A trajetória de Antonieta segue como vanguarda na política nacional como primeira deputada negra no Brasil, em tempos em que a escolaridade era barreira quase intransponível para mulheres, especialmente as negras. Ademais, a parlamentar ocupou novamente uma cadeira em um segundo mandato iniciado em 1947, pelo Partido Social Democrático – PSD. Nesta segunda legislatura, Antonieta chegou a presidir a Casa Legislativa e atuou na proposição de matérias em defesa e pelo magistério, como a proposição do dia

---

<sup>35</sup> CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco; MORTARI, Cláudia. Territórios Negros em Florianópolis no século XX. In BRANCHER, Ana (Org.). *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999, p. 83-101.

15 de outubro como dia do professor e a criação de critérios para concessão de bolsas de estudo.<sup>36</sup>

Mesmo que não haja registros de projetos voltados para esta população em específico, a presença de Antonieta na Casa Legislativa catarinense representou um hiato de ruptura no padrão de representatividade composto exclusivamente por homens brancos. Tal padrão é tão arraigado que somente em 2012 outro negro ocupa uma cadeira na Assembleia catarinense.

Apesar das limitações impostas pela criminalização da discussão racial no Brasil durante a ditadura civil-militar, estratégias de enfrentamento seguiram acontecendo por todo o país, inclusive com candidaturas negras que tinham em seu escopo de ações o enfrentamento à discriminação racial e seus efeitos colaterais colocada de forma indireta. Do norte ao sul do país o regime mais repressivo não conseguiu barrar a construção de uma agenda para o Movimento Negro, bem como a conquista de algumas vitórias de forma institucionalizada. Geovanilda Santos<sup>37</sup> destaca que ao longo da ditadura militar, a organização do Movimento Negro foi abastecida com a criação de ao menos 21 entidades pelo Brasil e neste estudo destacam-se o Movimento Negro Unificado – MNU (com ramificações por todo o território nacional) e o Núcleo de Estudos Negros – NEN (em 1988, em Florianópolis, Santa Catarina).

Em 2012, Sandro Silva, do Partido Popular Socialista – PPS, assumiu uma cadeira na Assembleia catarinense. Segundo notícia veiculada pelo folhetim da própria Casa, em seu discurso de posse, em junho daquele ano, o deputado afirmou:

Vamos trabalhar para que Santa Catarina continue sendo esse estado pujante e recompensador para todos. A partir dessa posse vamos buscar trabalhar políticas públicas em prol da população negra. [...] Considero-me uma pessoa abençoada com uma grande responsabilidade nos ombros, mas confiante para seguir em frente e fazer jus aos meus eleitores. Esses que a mim confiaram seu voto<sup>38</sup>

<sup>36</sup> NUNES, Karla Leonora Dahse. *Antonieta de Barros: uma história*. 2001. 159 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001. Disponível em: <http://www.tede.ufsc.br/teses/PHST0184.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2020.

<sup>37</sup> SANTOS, op. cit. p. 59.

<sup>38</sup> ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA – ALESC. Sandro Silva toma posse no Legislativo e faz menção a ex-deputada Antonieta de Barros. *Agência AL*, Florianópolis, 12 jun. 2012. Disponível em [http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia\\_single/sandro-silva-toma-posse-no-legislativo-e-faz-mencao-a-ex-deputada-antonieta](http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/sandro-silva-toma-posse-no-legislativo-e-faz-mencao-a-ex-deputada-antonieta) Acesso em: 17 abr. 2019.

A reportagem traz inevitável menção à Antonieta de Barros e sua trajetória política, diante de sua singularidade e pioneirismo. Em trilhas diversas, Sandro explicita seus propósitos diretamente associados à população negra para a constituição de políticas públicas específicas, diferentemente de Antonieta, que os registros de menção sobre pertencimento racial só foram capturados em resposta às críticas realizadas por desafeto político, na década de 1940. Com Antonieta, Sandro compartilha também a experiência de magistério na Educação Básica no estado e o nome gravado na história da política catarinense.

Sandro é natural de Joinville e lá foi eleito vereador. Como primeiro vereador negro da cidade também presidiu a Casa Legislativa, antes de renunciar para assumir cargo na administração estadual. Como deputado estadual é possível analisar sua trajetória de proposições com base nos 67 projetos encontrados cadastrados no acervo digital da Assembleia Legislativa: 11 projetos estão diretamente ligados à população negra. Estas<sup>39</sup> proposições abrangiam a garantia de negros nas campanhas oficiais ou patrocinadas pelo estado; o diagnóstico acerca de doenças comuns à população negra e seu debate; o questionamento aos órgãos competentes acerca das ações para efetiva aplicabilidade das leis educacionais com recorte racial; informações sobre a estrutura das escolas que atendem comunidades remanescentes de quilombo e o reconhecimento e o levantamento de rubricas para ações de organizações do Movimento Negro. A ligação do ex-parlamentar com o Movimento Negro é também explicitada ao assumir a presidência da Sociedade Kênia Clube – resistência negra e combate ao racismo. Sandro também atuou como coordenador da Coordenadoria de Promoção de Igualdade Racial de Santa Catarina.<sup>40</sup>

Em virtude da ausência de documentos, da breve atuação de vereadores na década de 1930 e da ausência de atividade legislativa entre 1937 e 1945, convenciou-se adotar os parlamentares que assumiram em 1947 como primeira legislatura. De lá para cá, foram concluídas 17 legislaturas com a presença de 8 vereadores negros<sup>41</sup>.

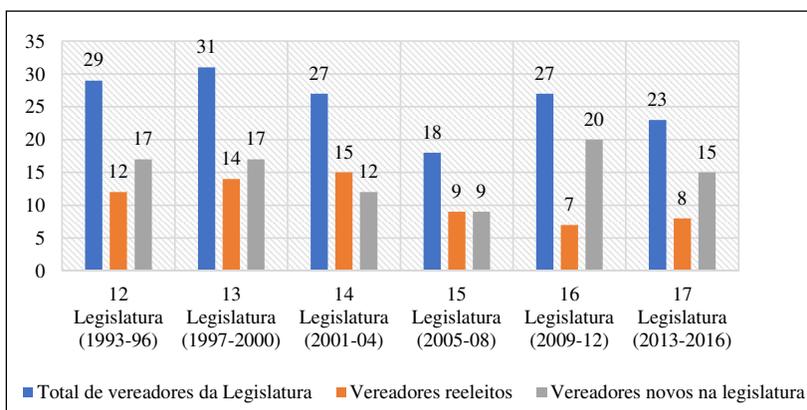
<sup>39</sup> Para saber mais detalhes, consulte: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA – ALESC. *Busca por Sandro Silva*. Florianópolis, 2020. Disponível em: <http://www.alesc.sc.gov.br/legislativo/tramitacao-de-materia?autor=SANDRO%20SILVA&pagina=1>. Acesso em: 01 abr. 2020.

<sup>40</sup> MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. *Biografia Sandro Silva*. Florianópolis, 2019. Disponível em: [http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1236-Sandro\\_Silva](http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1236-Sandro_Silva). Acesso em: 01 abr. 2020.

<sup>41</sup> Antes de falar sobre suas trajetórias, é preciso explicitar de que maneira procedi para assim os classificar: negros. Até agora, todas as afirmações feitas quanto ao pertencimento racial dos legisladores apresentados foram elaboradas por outros pesquisadores. Como não foram encontradas pesquisas sobre todos estes sujeitos que fizessem esse recorte, recorri à heteroidentificação. Ao considerar denúncias de fraudes nos

Na primeira legislatura, entre 1947 e 1949, José Ribeiro dos Santos tornou-se o primeiro homem negro a ocupar uma cadeira na Câmara, pelo Partido Social Democrático - PSD. Contemporâneo de Antonieta de Barros e próximo ao governador, à época Nereu Ramos, foi eleito suplente e assumiu suas funções em paralelo ao ofício de treinador de futebol e presidente de clube recreativo<sup>42</sup>. Somente no pleito de 1992, outro parlamentar negro foi eleito e, a partir de então, a presença de negros nas legislaturas ocorre de modo ininterrupto. Todavia, esta afirmação não indica renovação nos quadros de vereadores, como organizado na Figura 1.

**Figura 1** - Vereança em Florianópolis (1933-2016).



**Fonte:** Elaboração própria com base no Livro da Câmara e através de dados disponíveis em: <http://www.cmf.sc.gov.br/legislaturas>. Acesso: 15 out. 2019.

O gráfico aponta a incidência de reeleição em todos os períodos listados, e este aspecto é destacado no texto porque o vereador algo da presente

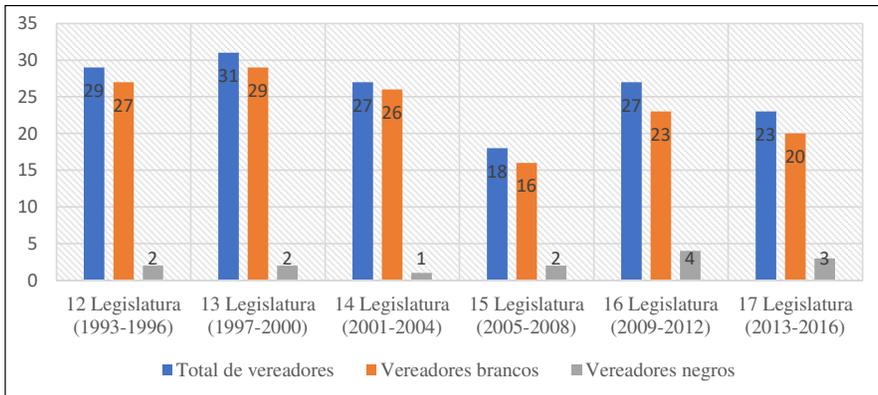
processos de ingresso por ações afirmativas na Universidade Federal de Minas Gerais, Rodrigo Ednilson de Jesus constatou a incompatibilidade entre as autodeclarações de estudantes candidatos ao ingresso por esta modalidade e o modo como eram vistos majoritariamente pelos estudantes negros da instituição. Em virtude deste impasse, foi adotado a heteroidentificação como parâmetro de análise na instância criada para resolução destes problemas. A heteroidentificação lança mão da análise de foto e observação dos traços fenóticos (cor da pele, cabelo, estrutura corporal...), pois entende que o racismo no Brasil opera pela aparência de cada sujeito e não por sua ascendência. Tal procedimento tem respaldo jurídico no parecer emitido pelo ministro do Supremo Tribunal Federal – STF, Ricardo Lewandowski. Cf: JESUS, Rodrigo Ednilson. Autodeclaração e heteroidentificação racial no contexto das políticas de cotas: quem quer (pode) ser negro no Brasil? In SANTOS, Juliana Silva; COLEN, Natália Silva; JESUS, Rodrigo Ednilson de. (Org.). *Dois décadas de políticas afirmativas na UFMG: debates, implementação e acompanhamento*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018.

<sup>42</sup> CAMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. *Nossa História Legislativa 1936-2012*. Florianópolis: CMF, 2012, p. 68.

investigação, Márcio José Pereira de Souza pelo PT, também foi reeleito em quatro oportunidades e todas com apoio do Movimento Negro local. Este fato atesta que o vereador foi representação e exerceu o papel de representatividade, pois suas proposições foram em grande medida centradas na luta antirracista nos mais diversos campos, como veremos num dos gráficos adiante.

Interessante destacar que na 16ª legislatura há a maior discrepância entre reeleição e renovação de vereadores nas cadeiras da Câmara e é neste período que o maior número de vereadores negros exerceu mandato, mesmo que tenham revezado a presença na Casa, como indica a Figura 2.

**Figura 2** - Vereadores por pertencimento racial a cada legislatura (1993-2016).

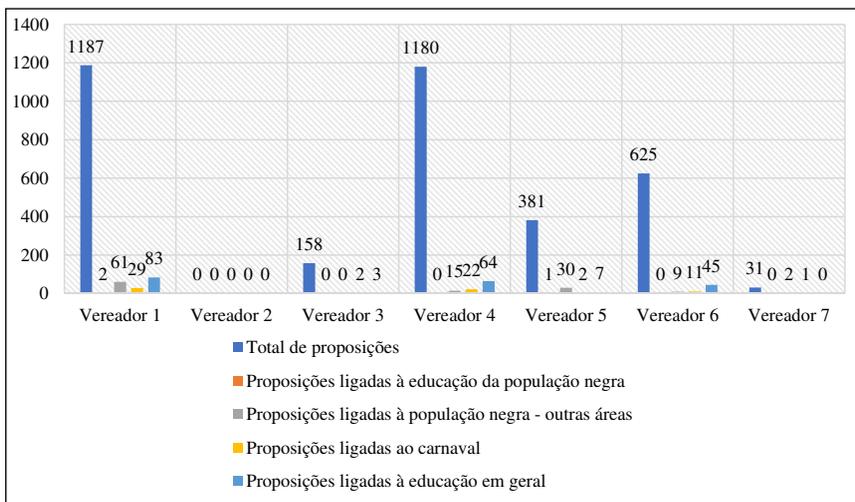


**Fonte:** Elaboração própria com base no Livro da Câmara e através de dados disponíveis em: <http://www.cmf.sc.gov.br/legislaturas>. Acesso: 18 jan. 2020.

O gráfico evidencia a maciça presença de vereadores brancos, apesar da garantia de mandatos de vereadores negros em todas as legislaturas. Em todas as candidaturas, mesmo nas legislaturas de vereadores negros, é recorrente o fenômeno da reeleição, deixando o entendimento de que o eleitorado tende a repetir seu voto, independente da fidelidade do candidato a um partido. Assim, pode-se considerar que o voto racial existe, pois a maioria da população da cidade é branca e vota em candidatos brancos, mantendo a maioria no poder.

Todos, eleitos a partir da década de 1990, apresentaram proposições que se relacionam com demandas e/ou aspectos ligados à população negra e à educação de modo geral, conforme a Figura 3.

**Figura 3** - Projetos dos vereadores negros (1993-2020).



**Fonte:** Elaboração própria através de dados disponíveis em: [http://www.cmf.sc.gov.br/tramitacao?tipo=&numero=&origem=&autor=&assunto=&data\\_inicial=&data\\_final=&andamento=&ordem=tramitacao&pagesize=10&page=1](http://www.cmf.sc.gov.br/tramitacao?tipo=&numero=&origem=&autor=&assunto=&data_inicial=&data_final=&andamento=&ordem=tramitacao&pagesize=10&page=1) Acesso 5 fev. 2020.

Para melhor visualização da tabela, convenciou-se enumerar os vereadores não por receio de divulgar seus nomes e partidos, mas com intuito de centrar o foco no vereador de maior atuação em termos de representatividade e por ser o pioneiro neste tipo de atuação político-partidária na cidade.

Foram verificados todos os projetos listados na página eletrônica da Câmara Municipal de Florianópolis, com objetivo de procurar capturar de forma mais ampla a atuação de cada vereador. Todavia, é sabido que as informações disponibilizadas não dão conta do todo, especialmente dos projetos mais antigos. Indicativo disso é a ausência de registros sobre proposições do “Vereador 2” e atribuo o vazio de informações a dois fatores: seu mandato ocorreu na década de 1990 e ficou pouco tempo no cargo, pois precisou licenciar-se para tratamento de saúde por longos períodos.

É comum a todos, proposições relacionadas ao carnaval da cidade, desde homenagens às instituições carnavalescas, até moções de aplauso pelos desfiles, passando pela preocupação com a estrutura da passarela do samba para o desfile e a transparência dos montantes de dinheiro público investidos na festa popular.

A educação de modo geral é presença marcante nas proposições. O “Vereador 4” trouxe um grande volume de indicações e requerimentos referentes à estrutura das escolas e seu entorno. De maneira ampla, os vereadores se preocuparam em averiguar a condição das escolas e núcleos de educação infantil públicos, em estrutura e vagas disponíveis e propor programas de saúde do professor e discentes.

Nas ações ligadas à população negra, a tônica foi o combate ao racismo, com destaque para o grande volume de proposições do “Vereador 1” e “Vereador 5”. Proporcionalmente, o último dedicou mais seu esforço neste quesito. Chama atenção o cuidado com a comunidade remanescente de quilombo da cidade, a pauta das religiões de matriz africana e o intuito de realizar diagnóstico das ações já realizadas pelos órgãos municipais em benefício à população negra. O “Vereador 1” foi pioneiro no requerimento de uma delegacia especializada em crimes raciais, bem como de um setor de suporte psicológico para as vítimas deste tipo de episódio. Também pressionou para criação e restauração de espaços de memória negra na cidade.

O “Vereador 1” foi o mais longínquo no cargo e possui o maior número de proposições levantadas na pesquisa. Em conjunto com o “Vereador 5” foram responsáveis pelas proposições de alteração do currículo escolar da Rede Municipal de Educação – RME de Florianópolis, com recorte específico para população negra. O segundo encarregou-se de encaminhar a adequação do texto da Lei Municipal às legislações criadas a posteriori, no âmbito federal; já o primeiro foi o responsável pela inclusão de história afro-brasileira nos currículos, ponto de análise nesta tese. Os dois são os únicos em que, nas proposições, a presença do termo “Movimento Negro” é capturada.

Dando destaque para a atuação longínqua e comprometida com as lutas do Movimento Negro do “Vereador 1”, alguns aspectos de sua trajetória serão apresentados nas linhas que se seguem:

Eu jamais sonhei em ser um parlamentar. Não almejei isso. Esta trajetória é muito rica. A importância de termos construído uma referência. Em 1988, fizemos 372 votos, em 1992 fizemos 1384, e em 1996, fizemos 1891 votos. Foi uma boa construção. A minha militância no movimento sindical e no Movimento Negro foram determinantes para o meu desempenho, deram todo o instrumental para a minha intervenção na Câmara.<sup>43</sup>

<sup>43</sup> Depoimento de Márcio de Souza para Ilse Scherer-Warren. Ver mais: SOUZA, Márcio Pereira de. “Entrevista”. In SCHERER-WARREN, Ilse. *Democratização em Florianópolis: Resgatando a memória dos movimentos sociais*. Florianópolis: Diálogo, 1999, p. 314.

O trecho acima é um pequeno fragmento do depoimento concedido em 1997 pelo então vereador Márcio José Pereira de Souza, que ocupou uma das cadeiras na Casa Legislativa de Florianópolis em cinco mandatos consecutivos, entre 1993 e 2012. Avaliou ainda que sua candidatura foi fruto de seu envolvimento na fundação de uma das entidades do Movimento Negro em Florianópolis, em 1986, denominada Núcleo de Estudos Negros – NEN, bem como de seu envolvimento com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina – SINTE e, por fim, de sua filiação ao PT, em 1986, em decorrência da participação na militância negra e sindical<sup>44</sup>

Márcio nasceu em 1959 na capital catarinense e em família humilde, tinha seis irmãos e seus pais trabalhavam em locais ligados às letras: a mãe em uma escola como merendeira e o pai tipógrafo em uma gráfica local. Sua formação inicial foi na Escola Alferes Tiradentes, informação que o ex-vereador atribui destaque por considerar um diferencial decisivo para o grau de escolaridade alcançado por si e em virtude desta oportunidade ter sido disponibilizada por uma bolsa de estudos que seu pai angariou através de seus contatos. Já na formação superior, estudou na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, conquistando o grau de Licenciado em Química e Bacharel em Farmácia<sup>45</sup> e ingressou como professor de Educação Básica na rede estadual de educação. Seu envolvimento com a política era, portanto, diversificado

Eu era ativista do Movimento Negro que estava colocado como parlamentar – fiz parte do movimento sindical, escolas de samba, foi membro por um determinado tempo do NEN (que me auxiliou na formação acadêmica, o mergulho na temática, o estudo na luta anti-racista), e antes do Movimento Antonieta de Barros e Movimento da Consciência Negra<sup>46</sup>.

A eleição do vereador em Florianópolis foi fruto de mobilização popular. Contou com o suporte de diversas frentes, na medida em que forja sua base eleitoral no SINTE, constitui sua caminhada de militância no Movimento Negro, especialmente no NEN, e configura um elemento de intersecção entre estas três localidades de atuação política. Chegou ao Legislativo com o intento de propor modificações educacionais que contemplassem a população negra.

<sup>44</sup> SCHERER-WARREN, Ilse. *Democratização em Florianópolis: Resgatando a memória dos movimentos sociais*. Florianópolis: Diálogo, 1999, p. 302.

<sup>45</sup> GOSS, Karine Pereira. *Identidades militantes em ações coletivas contemporâneas em Florianópolis (SC) 2003*. 142 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003, p. 151-152.

<sup>46</sup> SOUZA, Márcio Pereira de. *Entrevista concedida a Carina Santiago dos Santos*. Florianópolis, 11 de maio de 2018.

Tinha entendimento da necessidade de representação negra nas esferas de poder, em especial no Legislativo, para proposição de discussões pertinentes à realidade dos negros com intuito de tornar suas pautas assuntos importantes para o Estado e transformados em políticas públicas. Importa dar destaque para sua atuação no Movimento Negro e como este envolvimento foi responsável por suas práticas como vereador, colocando as questões elencadas por estes sujeitos sempre presentes em sua trajetória ao longo de seus mandatos.

No livro oficial das legislaturas da Câmara Municipal<sup>47</sup>, Márcio foi apresentado como militante do Movimento Negro e defensor da construção de “políticas públicas de combate ao racismo, preconceito e discriminação”. O material também evidencia que já no exercício da atividade legislativa seguiu em estreito contato com o Movimento Negro, inclusive estabelecendo parcerias de diagnóstico do racismo no estado e compondo sua equipe de gabinete.

Foi na sua primeira legislatura que foi implementada no município a obrigatoriedade do ensino de História Afro-brasileira, em 1994, como legislação municipal elaborada por sua equipe e compreendida como uma reivindicação antiga de militantes negros na cidade. Também foi sob sua batuta que o transporte coletivo passou a ter linhas regulares em comunidades majoritariamente negras que até a década de 1990 não eram atendidas por este serviço essencial.

## Considerações finais

A existência da sub-representação negra no Legislativo força que esta parcela da população delegue sua representação para parlamentares que não foram eleitos com intuito de abraçar e lutar por suas demandas. Como dito no corpo do texto, a representação de negros nos cargos eletivos não é ligada diretamente à constituição de representatividade, pois esta implica em assumir bandeiras que são caras à melhoria da vida de determinado grupo social, aqui em pauta do povo negro deste país. Ainda assim, a ampliação da presença de homens e mulheres negros e negras traz consigo a extensão de experiências sociais que podem contribuir para debates e elaboração de leis que levem em consideração a população de forma mais acolhedora da diversidade.

O Movimento Negro se constituiu como articulador de ações antirracistas e produzir demandas que influenciam a agenda política brasileira, neste caso em análise, a política na cidade de Florianópolis. Deste modo, o

<sup>47</sup> CAMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. *Nossa História Legislativa 1936-2012*. Florianópolis: CMF, 2012, p. 444-445.

Movimento Negro, entendendo que a sub-representação nas instâncias legislativas implicava na ausência de direitos registrados nas letras das leis para esta população e que historicamente a população negra estava à margem do exercício de cidadania, optou por enfrentar esta realidade para consolidar mudanças como que passa também pela esfera político-partidária.

As representações midiáticas atrapalham a conquista de maior representatividade nos espaços de decisão e prestígio e o racismo também é barreira presente a ser superada no cotidiano. Nota-se que a articulação de representações raramente positivadas da população negra alimentam o imaginário de que esta população não está preparada para ocupar cargos legislativos e auxiliar na decisão de caminhos para a população brasileira, ainda que seja a maioria em percentual de autodeclaração.

Articula-se no Brasil estratégias bem enraizadas nas relações sociais que têm na raça sua estrutura de funcionamento, ao mesmo tempo em que, de modo geral, não tem essa temática como recorrente na agenda de debate público, condição que alimenta a ausência de negros e negras na representação político-partidária e torna mais fluidas a articulação coletiva de negros e negras.

Em Florianópolis, a presença de vereadores negros é ponto comum e ininterrupto a partir do pleito de 1992 e decisivo para conquistas sociais na esfera municipal, com destaque para a atuação de Márcio José Pereira de Souza, que colocou em prática o conceito de representatividade defendido neste artigo.

## Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos e Abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ARAÚJO, Joel Zito. *A Negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA – ALESC. Sandro Silva toma posse no Legislativo e faz menção a ex-deputada Antonieta de Barros. *Agência AL*, Florianópolis, 12 jun. 2012. Disponível em [http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia\\_single/](http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/)

sandro-silva-toma-posse-no-legislativo-e-faz-mencao-a-ex-deputada-antonieta  
Acesso em: 17 abr. 2019.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA – ALESC. *Busca por Sandro Silva*. Florianópolis, 2020. Disponível em: <http://www.alesc.sc.gov.br/legislativo/tramitacao-de-materia?autor=SANDRO%20SILVA&pagina=1>. Acesso em: 01 abr. 2020.

BERSTEIN, Serge. “Culturas políticas e historiografia”. In AZEVEDO, Cecília, et al (Org.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009. p. 29-46.

BORGES, Roberto Carlos da Silva; BORGES, Rosane (Org.). *Mídia e racismo*. Petrópolis: DP et Allii; Brasília: ABPN, 2012.

CAMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. *Nossa História Legislativa 1936-2012*. Florianópolis: CMF, 2012.

CARDOSO, Lourenço. *O branco “invisível”: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre relações raciais no Brasil (Período 1957-2007)*. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco; MORTARI, Cláudia. Territórios negros em Florianópolis no século XX. In BRANCHER, Ana (Org.). *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999, p. 83-101.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser*. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

DYSON, Michael Eric. *The Black Presidency: Barack Obama and the Politics of Race in America*. Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 2016, p. XI.

FERRO, Rogério. “O negro sem cor no telejornalismo brasileiro”. In BORGES, Roberto Carlos da Silva; BORGES, Rosane (Org.). *Mídia e racismo*. Petrópolis: DP et Allii; Brasília: ABPN, 2012.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. In *Revista Tempo*, v. 12, n. 23, p. 117-118, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07> Acesso em: 20 maio 2019.

GASPAR, Osmar Teixeira. *Mídias – Concessão e exclusão: um estudo sobre as concessões de rádio e televisão e sua influência nas relações raciais no Brasil*

contemporâneo. 2010. 192 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GONTIJO, Rebeca. Sobre cultura histórica e usos do passado: a Independência do Brasil em questão. In *Almanack*, n. 8, p. 45, 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-6332014000200044&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-6332014000200044&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 08 maio 2019.

GOSS, Karine Pereira. *Identidades militantes em ações coletivas contemporâneas em Florianópolis (SC) 2003*. 142 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003, p. 151-152.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. “Depois da democracia racial” In *Revista Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, v. 18, n. 2, p. 269-287, 2006.

HOOKS, Bell. *Black looks: race and representation*. Boston: South Press, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html?=&t=resultados>. Acesso em: 12 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Panorama Santa Catarina*. Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/panorama>. Acesso em 17 out. 2018.

JESUS, Rodrigo Ednilson. Autodeclaração e heteroidentificação racial no contexto das políticas de cotas: quem quer (pode) ser negro no Brasil? In SANTOS, Juliana Silva; COLEN, Natália Silva; JESUS, Rodrigo Ednilson de. (Org.). *Duas décadas de políticas afirmativas na UFMG: debates, implementação e acompanhamento*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018.

LEITE, Ilka Boaventura. Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. In *Textos e Debates*, Florianópolis, ano 1, n. 1, p. 05-41, 1991.

MACHADO, Carlos. *Raça e eleições no Brasil*. Porto Alegre: Zouk, 2020.

MBEMBE, Achille. “Necropolítica” In *Revista Arte & Ensaios*. Rio de Janeiro, n. 32, p. 122-151, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/rt/captureCite/8993/7169>. Acesso em: 12 jul. 2020.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. *Biografia Sandro Silva*. Florianópolis, 2019. Disponível em: [http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1236-Sandro\\_Silva](http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1236-Sandro_Silva). Acesso em: 01 abr. 2020.

MUNANGA, Kabengele. “A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil” In *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 18, n. 50, p. 51-66, 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9968>. Acesso em: 06 jan. 2022.

NUNES, Karla Leonora Dahse. *Antonieta de Barros: uma história*. 2001. 159 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001. Disponível em: <http://www.tede.ufsc.br/teses/PHST0184.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2020.

PEREIRA, Amauri Mendes. *Para além do racismo e do antirracismo: a produção de uma cultura de consciência negra na sociedade brasileira*. Itajaí: Casa Aberta Editora, 2013.

RÉMOND, Réne. “O retorno do político”. In CHAVEAU Agnés; TÉTARD, Philippe. *Questões para a história do presente*. Bauru: Edusc, 1999, p. 51-61.

RÜSEN, Jörn. “¿Qué es la cultura histórica?: Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia”. In FÜSSMANN, K.; GRÜTTER, H. T.; RÜSEN, Jörn. (eds.). *Historische Faszination. Geschichtskultur heute*. Keulen, Weimar y Wenen: Böhlau, 1994, p. 3-26.

RÜSEN, Jörn. ¿Qué es la cultura histórica?: Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia”. *Cultura histórica, S.l.*, 2021. Disponível em: [http://www.culturahistorica.es/ruesen/cultura\\_historica.pdf](http://www.culturahistorica.es/ruesen/cultura_historica.pdf). Acesso em: 10 out. 2020. [versão em espanhol]

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. 4. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

SANTOS, Geovanilda. “A organização dos negros e negras no partido dos trabalhadores e na sociedade brasileira (p. 55-74)”. In JACINO, Ramatis (Org.). *Ìmo: Panorama do pensamento negro brasileiro*. São Paulo: Nefertiti, 2009.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Democratização em Florianópolis: Resgatando a memória dos movimentos sociais*. Florianópolis: Diálogo, 1999.

SOUZA, Márcio Pereira de. “Entrevista”. In SCHERER-WARREN, Ilse. *Democratização em Florianópolis: Resgatando a memória dos movimentos sociais*. Florianópolis: Diálogo, 1999.

SOUZA, Márcio Pereira de. *Entrevista concedida a Carina Santiago dos Santos*. Florianópolis, 11 de maio de 2018.

SOUZA, Olivia Luiza Pilar de. *Representatividade importa?* Representação, imagens de controle e uma proposta de representatividade a partir das personagens de mulheres negras em Malhação Viva a diferença. 168 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

TELLES, Edward Eric. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Fundação Ford, 2003.

WALTON, F. Carl; CALIENDO, Stephen Maynard. Origins of the concept of race. In CALIENDO, Stephen Maynard; MCLLWAIN, Charlton D. (Org.). *Race and Ethnicity*. New York: Routledge, 2011.

Artigo recebido para publicação em 01/02/2022

Artigo aprovado para publicação em 23/05/2022